

AUDIÊNCIA PÚBLICA – PL 67/2022

Farroupilha, 23 de novembro de 2022.

VER. ROQUE SEVERGNINI: Boa noite a todos. Vamos dar início à audiência pública tendo em pauta Projeto de Lei do Executivo nº 67/2022 que estima a receita e fixa a despesa do município para o exercício de 2023. A Câmara de Vereadores de Farroupilha agradece a presença de todos e saúda aqui as autoridades presentes; saudar aqui o secretário de finanças senhor Plínio Balbinot; presidente do SISMUF, senhor Diego Tormes; contador da Secretaria Municipal de Finanças da Prefeitura Municipal de Farroupilha o senhor Adriano Toigo; professora Bárbara Guilden; Nestor Paulo Wartha; Maicon Forteza; também a presença aqui dos vereadores Juliano, professor Juliano Baumgarten; vereador Gilberto do Amarante; depois se chegar mais algumas pessoas a gente vai nominando aqui e também se chegar mais vereadores. Convidamos para compor a Mesa então o senhor Plínio Balbinot - secretário municipal de finanças e o senhor Adriano Toigo - contador da Prefeitura Municipal de Farroupilha. Faremos a leitura do edital de convocação conforme previsto no nosso regimento interno: “Edital nº 22/2022. Audiência pública. Calebe Coelho, vereador presidente em exercício da Câmara Municipal de Vereadores, no uso de suas atribuições e em conformidade com a lei vigente, convoca a comunidade farroupilhense em geral para participar da audiência pública que será realizada no dia 23 de novembro de 2022, às 18h, no plenário da Câmara de Vereadores de Farroupilha, cito à Rua Júlio de Castilho, 420, tendo em pauta o Projeto de Lei do Executivo nº 67/22 que estima a receita e fixa a despesa do município de Farroupilha para o exercício de 2023. Farroupilha, 8 de novembro de 2022. Calebe Coelho, vereador presidente em exercício.” A metodologia desta audiência será a seguinte: apresentação do tema da audiência pública por até 30 minutos prorrogáveis, se necessário, por mais 30 mediante aprovação do presidente; abertura de inscrição para manifestação de até cinco oradores pelo prazo de cinco minutos cada, sem apertes, podendo este prazo ser condensado se reduzido o número de oradores; abertura de inscrição para manifestação de vereadores pelo prazo de 3 minutos sem aparte; e por fim, concessão de 10 minutos para as réplicas e explicações finais por parte dos convidados. As inscrições para o uso da palavra deverão ser feitas com as nossas assessoras na entrada do plenário durante a fala do secretário Plínio e do contador Diogo. De imediato, desculpa, Adriano. De imediato, eu passo a palavra aos nossos convidados para apresentação do tema por 30 minutos, mas antes disso também cumprimento a presença do vereador Davi de Almeida e convido também o vereador Amarante que se sinta aqui conosco no plenário da Câmara. Então a palavra está à disposição para vocês debulharem/explicarem/falarem de todas as obras do orçamento de como vamos gastar todo esse dinheiro aí ou como vamos arrecadar todo esse dinheiro né. A palavra está com senhores.

SECR. FINANÇAS PLÍNIO BALBINOT: Boa noite ao vereador Roque, presidente da comissão de finanças que preside essa audiência pública. Os vereadores presentes aí: o Juliano, pastor Davi e o Amarante; conheço aqui o Diego né. Os demais presentes boa noite a todos; o Duilus né eu costumo comentar a gente não pode ir a Roma e não ver o papa né, Duilus, e também um cumprimento especialíssimo aí ao Adriano, contador, funcionário de carreira, que me acompanha nessa audiência pública. O Adriano é o que monta o orçamento, a gente constrói o orçamento junto com gabinete e os secretários e o Adriano é o responsável pela parte operacional e ele vem com uma apresentação que

ele vai estar passando, eu vou estar comentando também; e eu quero fazer aqui uma pequena introdução, ela diz respeito a receita né, o Roque ele coloca como é que a gente vai gastar o dinheiro e como é que a gente vai arrecadar o dinheiro e eu vou me deter aqui na arrecadação. Nós estamos projetando quatrocentos e quatorze milhões sendo sessenta e três milhões é dinheiro que ele vai para o fundo do RPPS e nós precisamos muito né, Diego, que se valor se concretize, e na verdade o dinheiro que a prefeitura tem e que ela que ela projeta arrecadar é trezentos e cinquenta e um milhões; e esse é um grande desafio, quando nós construímos o orçamento a gente procura fazer ele da forma mais real possível. e se nós olharmos, eu fiz uma pequena, um pequeno, voltando no histórico aí, vejam que em 2022 o orçamento desse ano era trezentos e seis milhões e nós estamos projetando 351 e o orçamento de 2021 era 260, tô falando só excluindo aqui o fundo; 260, 306 e 351. De 260 para 306 dá um crescimento de 17.70% quando a gente teve um IPCA, uma inflação de 10%. De 2022 agora para 2023 a gente cresce 14.8% com IPCA projetado para 2022 de 5.8; a gente tá ousando na receita. Então esse número ele nós discutimos algumas vezes, discutimos no sentido de trocar ideias com o gabinete em especialmente com Adriano esses 351 milhões é a nossa receita e o que eu tenho dito inclusive na apresentação da LDO, a receita ela é finita; é isso aí, é 351 milhões e a despesa ela dá para dizer que é infinita né; se a gente quiser gastar vai faltar dinheiro com certeza né, Adriano. Então qual é que é o grande desafio da secretaria de finanças? Junto com os demais secretários, com prefeito Fabiano e Jonas e com todos vocês aqui que é encaixar aquelas despesas dentro daquele valor de 351 milhões. O Adriano ele traz uma apresentação, vocês eu tenho certeza que vão gostar do que vão ver e vou deixar ele apresentar e depois a gente abre aí para qualquer um questionamento que é nós soubermos nós estaremos respondendo, o que nós não soubermos, nós pediremos ajuda para os universitários, mas acreditem que de orçamento a gente tem muita informação é muito número e a gente vai procurar ser bem sintético e procurar ser; a apresentação ela que ela vai ajudar muito. Então da minha parte era isso e eu acho que eu já passo aqui para o Adriano e a gente vai acompanhando aí. Ótimo. Obrigado, Adriano, e a bola tá contigo.

CONTADOR ADRIANO TOIGO: Boa noite a todos. Então meu nome é Adriano, sou contador do município de Farroupilha e já de início agradeço a presença de todos para aqui escutarem a gente falar sobre a lei de orçamento que é uma lei que para muitos é uma lei bem técnica, um pouco complexa, pode ser vista aqui nos próprios anexos da lei acho que são mais cerca de cerca de 200 páginas todos os relatórios que compõem; então acho que é uma grande oportunidade a Câmara nos receber aqui para a gente tentar explicar de uma forma pouco mais clara e resumida para subsidiar aqui então os trabalhos da Câmara na análise dessa importante lei orçamentária. Então aqui nós trataremos então da lei orçamentária anual 2023, a LOA, como ela é conhecida, que estima a receita e fixa a despesa para o exercício de 2023 ao projeto de lei 67/2022. Então aqui são dois artigos que eu sempre gosto de tratar que fala sobre as leis orçamentárias que são três tanto a constituição federal no seu artigo 165 quanto a Lei Orgânica Municipal no seu artigo 117 trata sobre elas que é o plano plurianual – PPA, as diretrizes orçamentárias – LDO e os orçamentos anuais – LOA que é o motivo dessa audiência. Aqui então dando um resumo sobre as três: o plano plurianual – PPA ela tem uma programação de quatro anos; então ela considerada de médio prazo, tem o objetivo de planejar o orçamento é a lei municipal 4.692 de 29/11/2021 com vigência até 2025. A lei de diretrizes orçamentárias que é de curto prazo tem objetivo de orientar o orçamento é a lei municipal 4.774 de 3/11, do início do mês, que foi teve aprovação com vigência para 2023. E a lei orçamentária anual que é o projeto de lei 67 tem o objetivo de executar o orçamento; também para vigência 2023. Aqui já iniciando então

em relação aos valores, o orçamento total 414 milhões, tanto na receita quanto na despesa, ele é um orçamento deve ser equilibrado. Importante destacar que 63 milhões, tanto da receita quanto da despesa, é direcionado ao fundo de previdência. Então aqui até nos próximos slides a gente vai falar sempre em 351 milhões que é o orçamento de fato que o município tem a disposição para as ações de ações públicas. Desses 351 milhões, 346,5 são de responsabilidade da prefeitura e 4,5 milhões é da Câmara. Então o município faz a arrecadação, a Câmara não tem receita e através dos duodécimos mensais são repassados os valores que totalizam esses 4,5 milhões. Aqui a gente tem um resumo da receita, resumo por fonte de receita, que totaliza que nem eu falei, esses 351 milhões que é o orçamento de fato da prefeitura; dividimos aqui em receitas correntes: 330 milhões e despesas de capital: 20 milhões. Entre as receitas correntes ali os principais valores que a gente pode destacar são as transferências correntes: 233 milhões que são os repasses do governo federal e estadual, por exemplo, o ICMS que é a principal receita do município; outros repasses como FPN, como FUNDEB; todos compõe essa classificação de transferências correntes. E o segundo maior ali são os impostos, taxas e contribuições que totalizam 81 milhões que são os impostos que o município constitui e arrecada como IPTU, ITBI, ISS entre outros. Nas receitas de capital que são os 20 milhões ali importante destacar o maior valor ali que são as operações de crédito: dez milhões e cem mil, que são na verdade 5 milhões referente a cada um dos financiamentos que foi aprovado aqui recentemente e mais 100 mil reais que é um resíduo dos financiamentos anteriores. E a segunda maior receita nas de capital é as transferências de capital: nove milhões seiscentos e quarenta e seis que são transferências do governo federal e estadual para despesas de capital que são as obras, os investimentos. Aqui em relação às despesas então ela também fecha no valor de 351 milhões. Despesas correntes 320 milhões. Despesas de capital 30 milhões. E a reserva de contingência 100 mil reais. Principal despesas aqui nas correntes são as outras despesas correntes da prefeitura: 181 milhões. Em segundo lugar aqui, pessoal, encargos sociais da prefeitura 128 milhões. E nas despesas de capital principal despesa é a de investimentos: vinte e quatro milhões quatrocentos e cinquenta e seis mil. Aqui nós temos então um quadro que, um gráfico, na verdade, que apresenta os valores, os 351 milhões por secretaria, por unidade órgão orçamentário, que são a Câmara, o Gabinete e as nove secretarias de governo. A principal delas então Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Juventude: 125 milhões é o maior montante. Em segundo lugar a saúde: 81 milhões. Em terceiro lugar obras e trânsito com 40 milhões. Então aqui a gente vai abrindo cada uma dessas secretarias, desses órgãos orçamentários; aqui a gente montou um relatório uma apresentação através de gráficos eu acho que fica até um pouco mais fácil de compreender os valores do que simplesmente só falar eles aqui. A Câmara Municipal ela tem então um orçamento de R\$ 4.500.000,00. Aqui nós temos um gráfico por unidade orçamentária no caso da Câmara é o poder legislativo, é uma única; então nos outros gráficos nas outras secretarias esse quadro vai fazer mais sentido. Lá por natureza de despesa nós temos a divisão em pessoal encargos sociais; então dos quatro milhões e meio da câmara, 3 milhões, cerca de 3 milhões é em pessoal e encargos; outras despesas correntes R\$ 800.000,00 - nessas outras despesas correntes então entra água, luz, telefone, aluguel, material de consumo, então tudo que não é referente a despesas com pessoal; e os investimentos R\$ 115.000,00 são compra de equipamentos ou algumas pequenas reformas. Aqui nós apresentamos a variação histórica de 2019 até aqui só para entender um pouco mais o crescimento do valor que é informado inicialmente nos orçamentos desses respectivos anos.

SECR. FINANÇAS PLÍNIO BALBINOT: Aqui, Adriano, só me ajuda aí esses quatro milhões é o percentual do orçamento que vem para Câmara, tá previsto lá na folha;

normalmente a Câmara devolve recurso né, é isso né, Adriano então a gente destina lá os quatro e meio, tem que cumprir a legislação né, e ele coloca lá em gastos com folha, mas anualmente a nossa Câmara e aí tem que cumprimentar né o nosso legislativo ele sempre sobra recurso que volta depois no final para o Executivo.

CONTADOR ADRIANO TOIGO: Exatamente. Então é um valor ali que a gente estipula para Câmara que sempre tem retornado no final do ano e isso acaba ajudando o próprio poder Executivo no fechamento das contas. Aqui então a gente já entra no gabinete do prefeito, orçamento de seis milhões quatrocentos e cinquenta e um; aqui a gente já tem a divisão então por unidade orçamentária a principal delas é praticamente empatado aqui o próprio gabinete do prefeito com dois milhões e seiscentos e a procuradoria dois milhões e seiscentos também, 1% a mais; aqui são os dois as duas maiores unidades orçamentárias vinculadas ao gabinete. Depois nós temos a controladoria, a assessoria de imprensa, defesa civil e o gabinete da primeira-dama. Aqui por natureza de despesa então também pessoal e encargos a maior das classificações aqui de despesa; outras despesas correntes R\$ 1.000.000,00; investimentos quarenta e nove e a reserva de contingência de R\$ 100.000,00. E a variação histórica que aqui até importante comentar, não sei todos se lembram, que em 2021 o orçamento ele foi reduzido até por causa do impacto da pandemia, nós não sabíamos como iria ser esse impacto nas receitas então o orçamento reduziu de 330 milhões para 310. Então vocês vão ver que nessa secretaria e nas outras vai ter uma tendência que em 2021 o orçamento inicial ele foi menor do que o de 2020; só para explicar porque que há essa queda aqui que depois ela tá sendo normatizada; normalmente ela vai aumentando no decorrer dos anos seguintes. Na secretária de gestão e governo a unidade orçamentária aqui é a própria secretaria, depois nós temos aqui um departamento de tecnologia da informação e o fundo municipal de proteção e defesa do consumidor que também tem um valorzinho aqui. Na natureza da despesa pessoal e encargos ficou pequena aqui a letra, mas, enfim, e outras despesas correntes aqui o maior montante da secretaria: inversões financeiras um saldinho e investimentos também. A variação histórica aqui ela é até interessante, porque a secretaria teve uma série de movimentações nesses anos, por exemplo, em 2021 nós tivemos então, que nem eu falei antes, a redução do orçamento depois 2022 ela teve mais uma redução porque a guarda municipal que estava vinculado a gestão ela foi transferida para secretaria de obras então justifica essa redução e agora mais uma redução também; nós tivemos outras despesas como despesas do cercamento eletrônico também foram para obras, também contribui para essa redução, o próprio aluguel do CEAC que foi reduzido também que justifica isso, os precatórios teve uma redução também para o ano que vem então por isso que nós tivemos essa queda aqui nos últimos anos no orçamento da secretaria de gestão. Então em relação a finanças, total do orçamento vinte e um milhões quatrocentos e cinco; o maior montante aqui fica vinculado à administração financeira: 17 milhões. Depois nós temos o departamento financeiro contábil com um milhão e seiscentos, o departamento de receita auditoria e fiscalização: um milhão e novecentos e o FUNREBOM R\$ 2.000,00 também é vinculada a finanças. Por que que tem esse valor tão alto aqui na administração financeira? Porque a secretaria de finanças que é a responsável pelo pagamento dos financiamentos que o município contrai, isso dá para ser visto aqui no gráfico seguinte. A própria amortização da dívida: 6 milhões e os juros e encargos da dívida: 6 milhões; então um pouco mais de 12 milhões que estão dentro aqui da administração financeira são responsável para é o valor destinado para pagamento dos financiamentos da prefeitura. E nós temos aqui mais pessoal e encargos sociais; outras despesas correntes de 6 milhões, aqui também é importante destacar que desses 6 milhões quatro milhões e quinhentos é o valor destinado ao PASEP que é uma

contribuição social que município recolhe para o governo federal; e o que sobra aqui são outras despesas como, por exemplo, os convênios de arrecadação com bancos, a impressão dos carnes de IPTU, as tarifas bancárias, então totalizam esse valor aqui outras despesas correntes. Um valor de investimento pequeno aqui para compra de algum equipamento alguma pequena reforma e a amortização da dívida que já comentei; em relação à variação ela mostra aqui uma tendência crescente. Até finanças não teve a redução em 2021. Até porque são financiamento, são despesas aqui que a gente não tem muito que flexibilizar justamente pela obrigação da quitação delas. Em obras: 40 milhões, então a terceira secretaria com maior orçamento. Nós temos aqui a divisão a secretaria a parte administrativa: 4 milhões, 11%. Depois tem o departamento de obras com R\$ 31.000.000,00. O departamento de trânsito: R\$ 2.000.000,00. A guarda municipal: R\$ 1.000.000,00. E os fundos, desenvolvimento territorial integrado e o fundo de trânsito também fazendo parte aqui da secretaria. Pessoal e encargos: R\$ 10.000.000,00. Outras despesas correntes: 13; aqui daí já entra toda manutenção das vias urbanas, manutenção de iluminação pública, do sistema de esgoto, do maquinário da prefeitura então combustível, peças, reparos, tudo isso fica vinculado a essa classificação. E os investimentos aqui em R\$ 15.000.000,00. Desses 15 milhões então 10 milhões é aquele é os financiamentos que eu comentei antes que faz parte lá da receita e 5 milhões é o restante dos recursos próprios investidos como investimento na secretaria de obras. E aqui a variação histórica também né; 2021, como comentei antes, ela teve uma redução depois ela foi tendo um crescimento. Na Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Juventude que é como eu falei a secretaria com maior valor, nós temos aqui a divisão por bloco de ensino: a parte administrativa da secretaria R\$ 6.000.000,00, 5%; o ensino fundamental então pega a maior fatia 66%: R\$ 82.000.000,00; ensino infantil para escola infantil/creche: R\$ 22.000.000,00 é a segunda maior parte; jovens e adultos, médio, superior e especial: R\$ 3.000.000,00. Departamento de cultura: R\$ 2.000.000,00. Esporte e juventude: um milhão e seiscentos. E os fundos vinculados a essa secretaria: fundo da criança e adolescente: R\$ 703.000,00; fundo da cultura e o fundo do esporte e lazer com doze e quinhentos cada. A divisão por natureza de despesa então aqui a principal delas é pessoal e encargos sociais: R\$ 73.000.000,00; aqui não tem como ser diferente a maior contingência dos servidores do município são professores então por isso que essa rubrica orçamentária aqui é um valor bem expressivo. E as demais despesas correntes vinculadas à secretaria que aqui os R\$ 43.000.000,00 entra transporte escolar, merenda escolar, compra de vaga de creche, compra de vaga de ensino fundamental, repasse para fundação, para AFEI, enfim, todas as outras despesas que não despesas com pessoal e investimentos. Investimentos nós temos aqui o valorzinho de dois milhões e quatrocentos e quarenta e um. E a variação histórica também teve aqui um decréscimo em 2021 depois ela teve um crescimento considerável. Na secretaria da habitação e assistência social temos aqui então o departamento de habitação: R\$ 4.000.000,00. Depois assistência social: dois milhões duzentos e cinquenta e dois. E o fundo municipal de assistência social: R\$ 6.000.000,00 que é um montante maior aqui dessa secretaria. E após isso os fundos aqui o fundo municipal do idoso e o fundo de habitação e interesse social com os valores menores. Por natureza de despesa pessoal e encargos depois outras despesas correntes: R\$ 4.000.000,00 - aqui entra também, por exemplo, o repasse para Casa Lar do Pró-Saúde de um milhão e trezentos fica aqui dentro desse valor e mais os repasses para APAE, AMAFA, enfim, as outras entidades; todas as ações da política de assistência social, por exemplo, as doações de cesta básica, de fraldas, também fica tudo vinculado aqui, além da manutenção dos CRAS, do CREAS, do Albergue, do Balcão do Trabalhador, enfim, a manutenção dessas estruturas da secretaria fica dentro desse

valor. E um valor de investimento aqui de dois milhões cento e quarenta que é vinculado, acho que praticamente todo o valor, com habitação. E aqui a variação histórica então teve a redução em 2021 depois teve um crescimento alta em 2022 agora baixou um pouquinho, mas mesmo assim permanece bem acima do histórico aqui dos outros anos. Na agricultura total de nove milhões trezentos e quarenta e oito. A secretaria: nove milhões duzentos e setenta e sete e mais o Fundo Rotativo Novo Amanhã: R\$ 71.000,00. Entre a classificação aqui pessoal é a maior despesa e depois outras despesas correntes. Essas outras despesas correntes então a manutenção das estradas, a manutenção de todo o maquinário que é vinculada à agricultura, combustível, peças também reparos, tudo fica vinculado a essa despesa. Inversões financeiras valorzinho de R\$ 1.000,00 e investimentos R\$ 420.000,00 - compra de alguma máquina, alguma coisa nesse sentido. E a variação histórica, aqui é até interessante comentar que em 2019 ela teve um valor bem alto aqui porque justamente era a agricultura que era responsável pela pavimentação das estradas do interior né; depois foi feita uma alteração administrativa que esse tipo de despesa foi para secretaria de obras por isso que teve essa redução grande. Depois em 2021 também pela questão da redução do orçamento reduziu um pouco, mas depois teve um crescimento e agora também reduziu um pouco em relação ao ano passado até porque esse ano tava previsto algumas outras máquinas e esse ano reduziu um pouco esse valor de investimentos por isso que reduziu um pouco esse saldo. Secretaria da Saúde, a segunda maior secretaria em termos de valores: R\$ 81.000.000,00 também dividido aqui por bloco. Bloco de atenção então nós temos aqui a secretaria, parte administrativa: três milhões e setecentos. Atenção básica: 19. E a grande parte que é a atenção especializada: R\$ 53.000.000,00. Depois assistência farmacêutica, vigilância sanitária, vigilância epidemiológica, controle e proteção animal e os fundos de entorpecentes e o fundo dos animais. Em natureza de despesa aqui pessoal, então, R\$ 7.000.000,00 e as outras despesas correntes R\$ 72.000.000,00. Desses R\$ 72.000.000,00 então R\$ 64.000.000,00 são valores que são repassados ao hospital e ao Pró-Saúde. Então sobra aqui 8 milhões para outras despesas de laboratórios, clínicas, transporte de pacientes, enfim, todo o restante das despesas da secretaria. E um valor de investimento de R\$ 2.000.000,00. A variação aqui também tem mostrado um crescimento no decorrer desses últimos anos. Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Inovação. Nós temos aqui então departamento de turismo com total de cinco milhões quatrocentos e quarenta e seis. Departamento de turismo: três milhões e quatrocentos; desenvolvimento econômico: dois milhões e quarenta e um; e o fundo de turismo: R\$ 5.000,00. Por natureza de despesa pessoal: um milhão novecentos; outras despesas correntes: dois milhões e um pouquinho. E os investimentos aqui: R\$ 1.000.000,00. A variação histórica então também mais ou menos no mesmo gráfico que teve uma redução em 2021 depois um crescimento nos anos seguintes. E a última secretaria: Secretaria de Urbanismo e Meio Ambiente total de R\$ 25.000.000,00. No departamento de meio ambiente: R\$ 18.000.000,00. Departamento de urbanismo: R\$ 7.000.000,00. E o fundo municipal do meio ambiente: R\$ 96.000,00. Pessoal aqui então: R\$ 7.000.000,00. Outras despesas correntes: 18; desses R\$ 18.000.000,00 aqui 16 milhões é em relação às despesas com a limpeza pública que é o valor repassado pelos serviços da ECOFAR, por isso que é um valor expressivo do meio ambiente. E as inversões financeiras aqui um valorzinho de R\$ 1.000,00. Investimentos: trezentos e noventa e oito. Variação histórica também um pequeno decréscimo aqui depois teve um aumento nos anos seguintes. Aqui sempre importante destacar os repasses às entidades, os valores que estão então constantes aqui no orçamento. Então nós temos aqui repasse para o MOCOVI, para a Fundação, para AFEI, para AMAFA e para APAE; AMAFA e a APAE elas têm o valor na secretaria de

educação e depois tem outro valor na assistência social, tem essa divisão. AFAVIN, os projetos que são vinculados ao CONDICA, ao Fundo da Criança e do Adolescente, repasse do Pró-Saúde e da Casa Lar, resgate voluntário, PATNE e a FAPAM. Então isso aqui são os valores; maior deles aqui o Pró-Saúde e a Casa Lar: um milhão e trezentos; e depois da AFEI e do MOCOVI os mais consideráveis. E aqui alguns valores em relação aos serviços da saúde que eu gosto de separar aqui sempre os valores que são direcionados ao hospital e ao Pró-Saúde. Então do hospital aqui nós temos quarenta e quatro milhões novecentos e sessenta e oito mil e quinhentos em recursos constantes no orçamento; desse total aqui dezessete novecentos e setenta e seis é dos recursos municipais, oito milhões e quinhentos estaduais, quinze milhões quatrocentos e cinquenta e seis federais e recurso de outros municípios três milhões e vinte e cinco. Em relação ao Pró-Saúde, o total de dezoito milhões oitocentos e noventa e dois. Aqui então tanto a atenção básica quanto a especializada do Pró-Saúde. Recursos municipais: onze milhões quinhentos e oitenta e um. Estaduais: um milhão oitocentos e setenta e nove. E federais: cinco milhões quatrocentos e trinta e dois. E aqui sempre... Não tenho aqui, eu acho que eu tenho. Na verdade, eu tenho aqui o do ano passado que tava previsto no orçamento de 2022, não sei se o secretário tem os anteriores, mas em 2022 foi feita uma previsão dos recursos municipais, que são essa primeira coluna aqui, primeira linha, de dezesseis milhões trezentos e quarenta e um com oitocentos. Então, na verdade, que a projeção que foi feita, foi um aumento em torno de 10%. Então 10% dos dezesseis milhões trezentos e quarenta e um que dá esse valor de dezessete nove sete meia. E do Pró-Saúde tenho sim. Do pró-saúde foi dado um aumento de em torno de 7%, que era até a previsão da inflação inicialmente, agora que nem o secretário comentou, a previsão ela tá para 5.8. Então acabou sendo acima da inflação, em valores aqui eu teria que somar. Esse foi o crescimento desses recursos municipais vinculados a saúde. E aqui, finalizando então, alguns indicadores fiscais que acho que sempre importante comentar, porque além da gente tentar contemplar todas as áreas no orçamento também nós temos que ter uma visão nessa questão da responsabilidade fiscal. Então temos aqui uma projeção de atingir com gastos da educação oriundo dos recursos de impostos do município que o mínimo é 25%, uma previsão de atingir 35%. Em relação à saúde que o mínimo é 15%: de 16,24. Em relação aos índices com despesa com pessoal, que aqui é o contrário, aqui o limite é máximo, então no máximo aqui para o executivo de 54%: é 38% que tá sendo previsto. De legislativo o máximo de 6% é 1%. E aqui outros índices que a gente sempre gosta de considerar que é a receita corrente líquida: 329. A meta de resultado primário, uma meta positiva de 19 milhões. Resultado nominal: 904 mil. E uma projeção de dívida consolidada líquida de menos 58 milhões. Então a princípio todos os indicadores estão de acordo com as normas da legislação fiscal. Então agradeço a atenção de todos e fico à disposição para qualquer dúvida que for necessário. Obrigado.

VER. ROQUE SEVERGNINI: Está bem então. Feito as explanações aqui. Obrigado ao nosso amigo Adriano. Eu quero também cumprimentar as pessoas que chegaram depois: a dona Loreni Zatti, a Deise Meri Menzen, o Zilmar Bittencourt, João Pedro Gonçalves de Oliveira, Cláudio Garcia, Neusa Tusset e Nilvana Hemer. Agora nós vamos então passar a palavra, deixa eu pegar o meu roteiro aqui, vamos passar a palavra para os inscritos. Estão inscritos o senhor Diego Tormes - presidente do SISMUF. Se tiver mais alguém que quiser falar a gente abre aqui uma exceção, durante a fala do Diego pode se inscrever, e aí a gente também concede um espaço para falar; mas inicialmente então o presidente Diego Tormes por 5 minutos. Se o senhor quiser usar aqui, pode usar; quer usar aqui para falar para o público fica melhor. Tranquilo. Fala até que o Plínio conceda o reajuste para os servidores, depois silencia.

SR. DIEGO TORMES: Então vai ser dois minutos, porque é fácil isso aí, né. Boa noite, colegas, a comunidade que assiste em casa. Boa noite, vereadores, secretário. E obrigado ao presidente dessa comissão, dessa audiência, o Roque, por ceder a palavra. Na verdade, eu quero chamar atenção, eu sei que têm vereadores aqui, têm outros que estavam até aqui até o momento, chamar atenção de vocês porque esse projeto de lei orçamentária a gente sabe que pelos trâmites da Casa vocês podem fazer certas emendas e mexer em algumas coisas. A gente chama atenção, especificamente na condição de presidente do SISMUF, nas questões referentes ao reajuste salarial/as questões de despesas com pessoal para o ano 2023. Nós temos um processo administrativo, o SEI, que eu não me recordo número de cabeça agora, mas que está a negociação com a administração municipal, está em andamento. Ela não está totalmente finalizada ainda e a gente tem uma negociação aí até pacífica, a gente tem as nossas discordâncias, já fizemos reuniões, já fizemos assembleias, são discordâncias do processo, e a categoria está solicitando o reajuste do vale-refeição, a reposição da inflação do ano que vem e um ganho real de 2%; a gente tá solicitando também a instituição de um auxílio transporte, que nós não temos um auxílio transporte e o deslocamento de transporte pesa muito significativamente no orçamento de alguns colegas em que pese aja um preconceito social de que servidor público ganha muito não é a realidade da maioria dos servidores públicos do município de Farroupilha. pode ser que algum ou outro servidor que ocupe uma posição de liderança e que exige uma alta qualificação, uma alta formação, tenha lá alguma remuneração um pouco mais elevada, mas não é o caso da maioria; a maioria é o pessoal que trabalha na obra, o agente comunitário de saúde, o auxiliar de educação infantil, o secretário de escola, o auxiliar administrativo. Então as despesas de transporte não preciso dizer para vocês o quanto isso é significativo hoje em dia no nosso país. Então que tenham um certo cuidado, nós discutimos isso nas assembleias do SISMUF, discutimos isso já com o secretário Plínio/com o secretário Colloda, estamos discutindo isso enquanto diretoria, porque se mexer em alguma coisa ali a gente já viu o percentual da receita corrente líquida, nós temos receio de ano que vem nós temos que pagar a conta um pouco mais né. A gente também ficou dois anos sem reajuste salarial, isso foi difícil para nós também, a inflação que pega todo mundo pega nós também, nós não somos isentos do que tá acontecendo. Então a gente pede que tenham cuidado, que não emendem a não ser que chamem nós para conversar antes para discutir essa questão da folha de pagamento e dos recursos utilizados para despesa de pessoal para o ano 2023. porque a categoria fez uma assembleia e deixou muito claro que ela não abre mão daquelas propostas que nós protocolamos para a prefeitura.

VER. ROQUE SEVERGNINI: Mas estão garantidas no orçamento?

SR. DIEGO TORMES: Essa é a questão. Nós estamos discutindo isso com a administração e a gente fez uma última reunião; a última assembleia disse que não aceitava o não pagamento de 2% de ganho real porque a gente não tem tido ganho real há um bom tempo. Então a gente foi discutir com a administração, a administração na reunião disse que é possível pagar os 2% de ganho real, mas nós precisamos fechar administrativamente/documentalmente essa negociação e até que isso não esteja escrito, documentado e registrado isso está em aberto ainda. Então nós analisamos, Neusa me corrija, né, os dados não mudaram muito em relação a LDO e a gente entende que há um espaço no orçamento para o pagamento das demandas da categoria. Por isso que o nosso intuito desde o início foi: tomem cuidado se vão emendar em ao mexer nessa parte, porque se mexer nessa parte pode ser que desarranja alguma coisinha. Sem conversar conosco ou até mesmo com o próprio Plínio, que a gente tem tido uma discussão bastante transparente com os dois secretários. O nosso pedido é esse então a

gente não pode mexer em nada que prejudique ou que melindre ou que dificulte o cumprimento dessas demandas da categoria para o ano que vem.

VER. ROQUE SEVERGNINI: Eu vou fazer um aparte na tua fala, que não é muito habitual, mas eu acho que é oportuno para esclarecer. Então pelo que eu entendi da tua fala é que as demandas dos servidores estão ajustada em um acordo de cavalheiros com o prefeito municipal e que estão garantidas aqui no orçamento. Quais seriam as demandas que foram atendidas até porque isso que fica gravado e ficará como documento para vocês. Vocês tem algum documento assinado?

SR. DIEGO TORMES: Sim. Sim. Como eu disse, nós temos um processo administrativo, a gente sempre faz via processo administrativo, agora o processo SEI né e aí tudo fica ali registrado, tanto as propostas da categoria, as contrapropostas do município, as atas das reuniões estão todas lá e não há nada que não possa ser divulgado. O quê que foi pedido? Foi pedido que nós tivéssemos a inflação do ano que vem, então estamos trabalhando com aí com 5.38 % de inflação do ano que vem, uma possibilidade né no momento que é feito o orçamento e a gente tá discutindo isso agora, nós vamos trabalhar com a projeção que nós temos agora, pode ser que seja diferente. Posso continuar?

VER. ROQUE SEVERGNINI: Pode usar.

SR. DIEGO TORMES: E nós pedimos ainda 2% de ganho real, porque faz um tempo que a gente não tem nem um ganho real; nós pedimos a inflação dos anos de 2023 e 2020 no vale refeição que dá algo em torno de 10% de reajuste no vale refeição, de aumento do vale refeição de reposição da inflação do vale-refeição; e pedimos que seja estudada a criação de um auxílio transporte. isso é o que foi pedido. Inicialmente o auxílio transporte é difícil dizer vai ser 5 vai ser 10%, porque não tem, nós temos que criar. Então nós temos a consciência disso enquanto categoria. Na primeira negociação nós não tínhamos nenhuma possibilidade de ganho real, era difícil, na segunda negociação a gente foi ajustando e hoje nós chegamos na última negociação que nós temos aí a possibilidade de ter 2% de ganho real no ano que vem garantido pela administração municipal. A questão é que nós estamos, como eu disse no início, em processo de negociação; nós não temos um projeto de lei encaminhado para a Casa, nós temos a coisa sendo discutida. Ao processo administrativo isso está registrado lá. Isso só é, nós fomos estudar o orçamento e nós vimos que existe espaço no orçamento para isso, para atender as demandas da categoria; tanto que na última reunião a própria administração municipal, nas conversas, atendeu a maioria delas. Nós não temos ainda a questão do auxílio-transporte que, como acabei de dizer, a gente precisa criar uma lei para isso né, nós não temos uma lei pronta para isso, diferente do vale-refeição; já temos vale-refeição, vamos discutir o aumento do vale refeição. Não temos auxílio transporte tem que criá-lo. Então nós entendemos que há um espaço no orçamento para isso, a gente tem discutindo com a administração e estamos aguardando a finalização desse processo que fique documentado; mesmo porque o projeto de lei só pode ser encaminhado agora no ano que vem né, porque a gente não consegue encaminhar o projeto agora, porque esse ano a gente já teve um ajuste, um processo de revisão de remuneração, né. Então nós estamos no sentindo aqui alertando aos vereadores para não fazer algum, cuidar, né, nessa questão da folha de pagamento.

VER. ROQUE SEVERGNINI: Beleza então. Obrigado, vereador; desculpa, presidente Diego. Concluiu?

SR. DIEGO TORMES: Sim, eu só queria fazer, não sei se é possível, porque agora não é como SISMUF, é como pessoa. Posso fazer?

VER. ROQUE SEVERGNINI: É cinco minuto sua fala, o senhor já falou 8 minutos.

SR. DIEGO TORMES: Vou lá me inscrever de novo então.

VER. ROQUE SEVERGNINI: Mas é sobre o orçamento?

SR. DIEGO TORMES: É sobre o orçamento, é claro.

VER. ROQUE SEVERGNINI: Então eu te concedo mais um minutinho aí, tá.

SR. DIEGO TORMES: Na verdade eu queria entender, o Adriano e o Plínio, eu vi que no histórico ali que você têm no gráfico de baixo, assim ó, tem lá na secretaria de assistência social a tendência, a tendência do gráfico, a tendência dos recursos, tem um ano ali que eu acho que é o 21 ou 22 que dispara muito, muito, muito, acima dos outros e eu queria só entender porque que houve esse disparo, o que justifica esse disparo? É que daí passou rápido eu não consegui ver, se tu puder voltar o gráfico eu posso te dizer o quê que é. Aí ó, volta. Pode ver ali: 19/20/21 e depois 'boom' 22. Aí 23 dá uma caidinha. O que justifica, porque o crescimento é muito né? Só isso. É esse aí, olha a tendência.

VER. ROQUE SEVERGNINI: Obrigado, Diego. Pode responder no final, Adriano. Sim, tranquilo. Eu só queria fazer uma observação antes de passar a palavra aos vereadores e garantir aqui aos servidores municipais que por parte da Câmara jamais será feito qualquer emenda, por parte dos vereadores pelo menos, eu creio né, jamais será feito qualquer emendas que vá tirar qualquer recurso da folha de pagamento. Isso não existe e eu não conheço algum momento em que foi feito alguma emenda, porque é inconstitucional, não tem como fazer emendas em valores que são destinados para folha de pagamento. O que houve em dados momentos é que se joga dinheiro em determinadas rubricas fantasiando elas para que os vereadores não façam emendas, caso típico foi para a secretaria de habitação do ano passado no orçamento de 21 para 22, se jogou lá um valor e, pode ser que eu seja traído aqui pela minha memória, mas em torno de 5/6 milhões para fazer algo e se gastou 7/8 mil. Então o coração não vai ser maldoso de mexer porque vai ser construído casa para o povo pobre e quando na verdade não construíram nada, nenhuma casa e o dinheiro foi transferido para outras secretarias para que os vereadores não fizessem emendas. Então quando tem esse tipo de jabuti a gente percebe e a gente vai tomar cuidado, mas assim jamais aqui a Câmara de Vereadores vai fazer qualquer emenda para tirar recursos da folha de pagamento e principalmente da remuneração justa e das propostas que vocês têm alinhados, eu sugiro que vocês escrevam porque depois o tempo passa. E outra questão que eu gostaria de alertar é da questão do vale transporte: o orçamento de 23 para 24 não vai poder contemplar se não criar porque lá vai ser ano eleitoral e ano eleitoral não pode criar incentivos no período de ano de eleição. Então temos aí um período exíguo para que se trabalhe essas questões como pautas importantes do sindicato e dos servidores. A palavra está aberta para os vereadores no tempo de 3 minutos. Vereador professor Juliano, depois o vereador Amarante.

VER. JULIANO BAUMGARTEN: Boa noite a todas e a todos. Cumprimento o meu colega vereador presidente dessa audiência, vereador advogado Roque. Cumprimento o secretário Plínio, Adriano, vereador pastor Davi, Amarante, Diego Tormes, enfim, todos os demais para gente não se alongar. Importante o debate, inclusive nós vamos, já quero aqui manifestar para ficar registrado, essa é uma audiência que sim tem fundamento e faz sentido de cunho tributário; não como a maior parte das outras que não passou de uma encheção de linguiça. E na qual estaremos no começo do ano estaremos fazendo uma emenda à lei orgânica para substituir, porque nós temos que ser útil, prático. Depois não adianta chorar as pitangas que ninguém participa, mas também quando se faz uma lei de cunho política desse calão, não pode. Eu quero comentar algumas coisas sobre a fala do Diego: o vale transporte eu encaminhei como sugestão, depois o pastor Davi vai apresentar uma ideia e sim cabe, eu acho que tem que se discutir o quanto antes. E bem alertado pelo meu colega vereador advogado Roque 2024 muitas

coisas não acontecerão, é ano eleitoral e pode ter outra configuração. Então o ano que vem é o ano que pode acontecer. Outra questão, o Diego também falou, em cima da fala do Diego, que já foi encaminhado desse ano, podemos encaminhar, o prefeito pode mandar mais 50 projetos, basta passar a vigorar lá no finalzinho, no último artigo: “passe a vigorar daqui de 2 anos”. Então pode sim. Se o prefeito quiser mandar uma adequação do valor real do aumento para os servidores ele pode mandar é só querer, vontade política. Quanto a outra questão também levantada: sim, o orçamento ele trouxe várias pegadinhas e claro conforme passa o tempo a gente vai encurtando o coro, a gente vai aprendendo. Botaram um jabuti e um bode na sala no orçamento passado que botaram um valor exorbitante para a habitação e aí o que que acontece, nós fomos fazer algumas emendas, não vamos mexer, vão construir várias unidades habitacionais populares; não foi feito absolutamente nada; foi gasto nem 8 mil reais naquela rubrica, ou seja, só para depois ter o as manobras no sentido de troca. E sim, as emendas que eu fiz e vou protocolar amanhã junto à comissão, foram tiradas do gabinete do prefeito e de uma das secretarias que tem recurso. Por fim também eu acho que tem que fazer, para ficar registrado, eu tenho algumas críticas pontuais às gestões da Câmara de Vereadores do ano passado, desse, contundentes, eu acho que é muito usado no discurso demagógico de economia, mas no fim não se faz economia, não se faz nada bem feito, fica tudo pela metade. Então se trata de um discurso demagógico de enxugar para mandar recurso de volta para a prefeitura e a gente não sabe o que que acontece na prática em vez de ter, já vou concluir senhor presidente, em vez de ter uma finalidade muitas coisas se deixa a desejar e boa parte daquele recurso mencionado volta e falta infraestrutura. por exemplo, hoje o dia está abafado, nenhum ar condicionado para acomodar os nossos cidadãos têm. Então depois como é que quer que as pessoas vem? Então muitas coisas postas, acho que tem que registrar, porque senão depois vai para a imprensa e se cria uma narrativa do herói, uma jornada do herói, um papinho furado. Enfim, postas essas considerações para registrar nos anais da Casa e depois daqui de alguns anos vocês podem me cobrar. Obrigado, presidente.

VER. ROQUE SEVERGNINI: A palavra com o vereador Gilberto do Amarante.

VER. GILBERTO DO AMARANTE: Boa noite, presidente vereador Roque, secretário Plínio, nosso colega Adriano, Diego aqui do sindicato, pessoal aqui servidores, demais que estão acompanhando essa audiência pública. Eu, quando se colocou valores na habitação, valores em outras secretarias, valores expressivos que de repente, deu a conotação que os vereadores realmente não podiam fazer emenda e não foi feito né, o que me preocupa até não é ter posto lá, de certa forma é não ter gasto esses valores. Porque o munícipe/contribuinte ele paga os seus impostos todo dia, todo mês, o ano inteiro para receber em troca serviço do poder público e esses serviços tem que ser prestado os quatro anos né; os quatros anos do mandato por razões de que mesma coisa aluguei um imóvel lá para quatro anos, mas só começo a fazer o uso desse imóvel, de repente, no segundo ou terceiro ano e o outro período do qual não fiz uso eu continuei pagando. Então são essas coisas que, de repente, Plínio, aí eu falo um pouquinho no superávit que não aparece no orçamento e é uma coisa importante de nós debatermos até para os próximos governo, quem sabe até debater a nível de discutir talvez através da Câmara de Vereadores junto com o Executivo porque esses valores eles têm que estar presente porque na verdade se deixou de gastar. Ah, mas não... De repente não se sabe quanto vai ter, mas a gente tem uma estimativa inclusive hoje né, olhei aqui no segundo quadrimestre, tinha em torno de sessenta e poucos milhões e esses valores provavelmente aqui tem uma parte da habitação que estava prevista então não foi utilizado, foi para o superávit, tinha uma parte em obra que não foi utilizado, voltou então para o superávit; tem uma parte que talvez estava incluso para o aumento

aqui do funcionalismo, não foi não foi dado e voltou para o superávit. Então são tudo coisas que, de repente, vai acumulando para se gastar e que aí eu acho muito, muito ruim para qualquer poder utilizar no último ano de mandato; aí a gente sabe para que serve esse dinheiro; sim aí vamos despejar obra, vamos despejar tantos afazeres que, de repente, não vamos concluir, mas vamos vender a ideia que nós vamos fazer, que somos construtivos, somos muito gestores/administradores. Mas, só para concluir senhor presidente, o poder público ele não é banco, ele é arrecadação e depois distribui em serviço, dito até por uma mídia local que aí a gente tem que ter sempre por que eu faço comparativo de governos anteriores e com o governo que tá agora? Porque a gente tem que ter um comparativo. Isso eu ouvi na mídia que o governo anterior, no seu primeiro mandato, a partir do sexto mês já tinha obra iniciando com projetos daquele governo, naquela gestão. Então claro que a minha preocupação, eu vim do setor de obras, Plínio, e eu não vejo agora, por exemplo, nesse momento está parado a questão de obras. Claro que a gente vê também que naqueles 16 milhões que está posto no hospital este ano foi colocado mais dois e agora tá se prevendo mais dois que aí são quatro, se chega aí quase 30% a mais daquele orçamento que não estava no orçamento do ano passado. Só para deixar registrado isso, então que o hospital esse ano é possível que receba aí mais de 20 milhões, este ano que estava previsto 16, no ano de 2022. Mas são essas conclusões, senhor presidente, que eu falo que precisamos rever esta questão que não aparece nesse orçamento e aí sim, Diego, tem dinheiro sim para manter o pagamento do que tudo está previsto, tem dinheiro né. Ah, vai ser gasto, vai ser reajustado, talvez vai ter algumas perdas de arrecadação, mas temos sim dinheiro hoje em caixa. Muito obrigado, senhor presidente.

VER. ROQUE SEVERGNINI: Obrigado, vereador Amarante. A palavra com o vereador Davi de Almeida.

VER. DAVI DE ALMEIDA: Boa noite presidente vereador Roque. Quero cumprimentar aqui o secretário Plínio; cumprimentar também o, esqueci o nome do contador, o Adriano; cumprimentar o presidente Diego Tormes e também todos que estão aqui na Casa. Eu quero direcionar aqui, secretário Plínio, a minha fala sobre realmente a educação, o funcionalismo aqui também, já trazendo aqui em conversa com o vereador Juliano sobre o vale transporte, presidente. Que a gente vê que o Estado, secretário Plínio, eles têm um vale transporte que eles têm a nomenclatura de difícil acesso. Então para aqueles professores que estão no interior ou que, enfim, tem uma locomoção que necessita né, numa visão que se tem o entendimento de investimento; então eles têm o difícil acesso. Daqui a pouco numa construção né, Diego, como se é novidade, daqui a pouco conseguir para todos, o ideal que se consiga para todos, mas como se pode se fazer construções, né, num primeiro momento aqueles que têm o difícil acesso no interior, enfim, trago aqui como sugestão também. Vejo da importância do processo que está aberto, né, do funcionalismo, da questão de equiparação salarial dos recursos é importante isso; acho que precisa ficar realmente esse registro. Vejo da importância dessa área de se ter esse olhar, secretário, realmente né com o funcionalismo, acho que isso é importante o dia a dia deles. E trago aqui, quem sabe, não sei se o senhor tem conhecimento, eu poderia lhe falar, mas ouvi nos bastidores né da educação que daqui a pouco o monitoramento, que nós temos os professores e temos monitores, que daqui a pouco os monitores também seriam reduzidos ou teria uma adaptação nisso. então isso me traz uma preocupação com aquelas crianças que são especiais, que precisam monitoramento além do professor na sala de aula; de repente alguma coisa mais direcionado à secretaria, mas trago aqui só para deixar o registro dessa preocupação. e faço aqui uma última pergunta: se a AMAFA que nós temos um investimento já anual, se seria aportado algum recurso para que tivesse mais um turno

ou a gente permanece na proposta que temos hoje que é só meio turno de funcionamento? Obrigado, presidente. Obrigado a todos.

VER. ROQUE SEVERGNINI: Não tendo mais vereadores inscritos. Então eu passo a palavra ao secretário Plínio e ao nosso contador Toigo para que façam as suas considerações, enfim, respondam às questões e depois façam as suas considerações finais.

SECR. FINANÇAS PLÍNIO BALBINOT: Sim. Então eu começo pela fala do Diego. Eu acho que o Diego colocou exatamente o que aconteceu, tudo o que nós tratamos com o SISMUF está em ata e para mim não precisaria nem estar em ata porque a gente vai cumprir. E eu quero dizer aqui que em 2022 nós pagamos a trimestralidade, fizemos uma projeção de IPCA, se no final desse ano tiver uma diferença nós estaremos remunerando, fazendo esse acerto; em 2023 teremos a trimestralidade, se tiver chegando no final do ano tem uma diferença ela será paga. Nós estamos pagando em 2022 um ano de vale alimentação que não tinha sido pago na gestão anterior, nós estaremos pagando. O ano que vem estaremos pagando mais um ano que aí a gente zera e teremos uma negociação com ganho real e está em ata, eu não vejo a necessidade de, o processo será fechado, mas ele está registrado em ata e para mim isso aí tá bem tranquilo. E o Diego estuda o orçamento e ele vê que de fato nós deixamos orçamento para essas questões, a menos que a gente sofra muito com a nossa receita que foi projetada; mas faremos o possível e o impossível né para que isso aconteça. Na apresentação do Adriano, se vocês perceberem, eu quero responder ainda uma questão do Diego que é a questão da secretaria da habitação e assistência, mas eu puxo lá de cima e a gente olha duas secretarias que vocês perceberem no gráfico elas têm um crescimento acentuado que é a secretaria da educação e a secretaria da saúde. Creio que são duas secretarias importantíssimas e que são dever do ente público acima de qualquer coisa. Eu vou discordar na íntegra de um jabuti aí na questão da habitação, o orçamento, a secretaria de habitação eu acompanho ela antes de eu estar, eu acho que é a única secretaria que eu acompanhava ela antes de estar no Executivo, ela sempre tem um orçamento pequeno. O gráfico aqui dá uma boa subida, mas estamos falando de 4/5 milhões; 4/5 milhões para habitação não é nada. E por que que nós colocamos em 2022? É interesse lá, quando se pensou no orçamento em 2021, o orçamento de 2022 nós temos uma questão que ela é crônica e histórica e ela tem que ser resolvida e nós não conseguimos: é aquelas famílias que estão na barragem da Julieta. Quem acompanha a política a mais tempo sabe e a intenção, o Diego está aqui e ele só me faz um sinal sim ou não, a intenção é nós, no primeiro momento, pensamos realocar um local que já deu um stress, e não é esse objetivo de acomodar alguém e prejudicar outros, e eu acho que se chegou a comentar em uma negociação com o SISMUF numa área que tem: sim ou não? Pronto tá respondido. E a coisa ainda não... Não vou nem entrar na questão aqui, porque se foi, se não foi...

VER. ROQUE SEVERGNINI: Mas já existe, secretário, algum projeto, porque quando foi colocado esse valor vultuoso no orçamento...

SECR. FINANÇAS PLÍNIO BALBINOT: Ele não, ele não é vultuoso, 4/5 milhões.

VER. ROQUE SEVERGNINI: Ele é vultuoso para cinco milhões e poucos para quem gastou 8 mil. Então ele era um valor que foi colocado na secretaria da habitação, eu imagino que havia algum projeto. Se passaram dois anos já, lembra que não falta mais muito para terminar o governo, passaram dois anos e não há um projeto, não há uma casa construída.

SECR. FINANÇAS PLÍNIO BALBINOT: Não. Tudo tranquilo. É 2021 nós pensamos em botar para rodar isso em 2022: não aconteceu. E aí assim, a administração pensa em algumas outras alternativas; o dinheiro eu vou dizer assim, eu vou discordar

na íntegra que é jabuti porque o dinheiro o Amarante fala e aí depois da fala do Amarante, o dinheiro que nós não gastamos do que foi colocado aí, nós não direcionamos o dinheiro lá para o gabinete para fazer alguma coisa que não; nós temos o cuidado de cada um centavo gastá-lo bem. Eu tenho bem presente, quem me acompanha, a prefeitura não é feita para dar lucro, nós temos que devolver em serviços, beleza, mas a gente vai gastar de forma consciente e que façam o gasto bem feito. Que a gente de fato faça um investimento. Então não dá para dizer que 2022 nós não botamos na habitação, não gastamos habitação e gastamos o dinheiro em outra coisa porque não procede. A AMAFA no orçamento está previsto para 2023 um turno. O corte de, a redução de receita aí por conta do ICM, eu falava com o Diego na chegada, eu vejo poucos prefeitos; eu não vejo o governo do estado se manifestando, mas o ICM ele vai ter impacto. Eu estou falando para vocês, e acreditem, no ano que vem nós estamos falando de 15 a 18 milhões a menos no orçamento do município. Nós poderíamos crescer 18 milhões aí se não tivesse a redução de ICM. Todo mundo aposta que o governo federal vai fazer uma compensação; tomara que isso aconteça e nós poderemos estar suplementando depois. Agora leiam e vejam o que vem da União. O governo está pensando em furar o teto, é esse o termo né, Adriano, ou seja, gastar mais do que arrecada. Essa conta ela vem. Um governo federal, independente do partido, gastou além da conta na pandemia e tinha que gastar e se nós continuarmos gastando nós vamos pagar isso meio caro. Se não tem para pagar o que foi prometido vocês imaginem ele mandar dinheiro; mas eu não vou entrar nessa seara agora, mas eu sou um cara preocupado com isso. Então no orçamento ainda tá previsto um turno, o valor que tá aí ele tem um acréscimo lá de 6/7/8% que é o que a gente cresceu no Pró-Saúde, no hospital e a coisa é por aí. Eu acho que era isso né, se ficou alguma coisa vocês podem me perguntar. Basicamente é isso, nós fizemos, a apresentação do Adriano acho que ela é bem clara né e eu vou pedir que vocês aplaudam o Adriano que isso é trabalho dele, pelo trabalho que ele fez, da clareza como vem aquele monte de anexo, aquele monte de papel, ele traduziu isso numa forma bem clara. Então eu vou, vamos junto aí né. Agradeço ao Adriano. Não sei, Roque, se tem mais alguma pergunta aí. Talvez eu tenha esquecido, posso tentar respondendo e depois a gente vai para encerramento.

VER. ROQUE SEVERGNINI: Tranquilo, pode fazer as considerações finais.

SECR. FINANÇAS PLÍNIO BALBINOT: Bom, então da minha parte eu agradeço o Adriano e eu sei que a apresentação foi bem clara. Nós tivemos o cuidado, a preocupação de fazer um orçamento bem feito. Olhem o que acontece ao entorno, cidade vizinha né, com problemas, eles estão apresentando um orçamento com a despesa maior que a receita; essa conta vai chegar um dia. Tivemos assim a preocupação de fazer dentro do mais real possível; privilegiamos saúde e educação, são áreas que nós precisamos muito e é obrigação primeira do Executivo. Para encerrar também eu quero agradecer à casa legislativa pela aprovação dos projetos que nós encaminhamos, todos os que têm vindo têm sido aprovados, em especial o nº 54 e o nº 55 que teve audiência pública. É bom que se aplauda aí os vereadores porque são projetos que eles vão ao encontro de uma lei mais moderna que é a questão do IPTU e daquela questão da multa né. Com frequência nós temos problemas de: ah, esqueceu de pagar, paga no dia seguinte, dá 10%. Então eu aproveito esse momento para agradecer e eu tenho a certeza aí que essa casa legislativa estará analisando e a exemplo dos outros projetos aprovando o projeto de lei do orçamento do município em tempo né e que a gente possa trabalhar no ano de 2023 com muita determinação, com o cuidado que nós sempre tivemos. E o Adriano ele é servidor de carreira, já trabalhou em outras gestões e ele vai trabalhar nas próximas e ele sabe da seriedade como nós estamos conduzindo e cuidando do dinheiro que não é nosso, ele é de todos vocês. Boa noite.

VER. ROQUE SEVERGNINI: Obrigado, secretário Plínio. Obrigado, Toigo. Eu não tenho dúvidas e certamente os que nos assistem e os demais vereadores também não, quanto a seriedade da composição do orçamento e quanto à técnica utilizada. Isso aí não temos dúvida alguma. O que nós temos dúvidas são as questões das prioridades eleitas pelo governo, essas são dúvidas que permanecem. Como, por exemplo, o setor de habitação não fez uma casa, não fez um projeto, não criou uma política habitacional teve lá mais de 5 milhões para investimento, não investiu nada e esse ano apresenta um orçamento de quatro milhões cento e sessenta e oito mil. Então se imagina que se tinha para fazer tinha que continuar com o orçamento, isso significa que era um jabuti que estava ali para não poder fazer emendas. Eu gostaria de também, só para contribuir na questão do governo federal, o teto furado ele vem já, para se ter uma ideia, o governo Bolsonaro em quatro anos furou cinco vezes o teto em 795 bilhões. Então se furar o teto agora também para manter os programas sociais eu acho que não vai ter grandes problemas.

SECR. FINANÇAS PLÍNIO BALBINOT: Eu tenho que falar de novo, Roque, eu não sou contrário, eu só acho que o governo furando o teto ele não vai fazer compensação do ICM para os estados e municípios. Eu não, se a gente entrar, nós vamos entrar numa questão mais política do que técnica e isso (INAUDÍVEL).

VER. ROQUE SEVERGNINI: Perfeito, mas teve o nosso prefeito aplaudiu quando o governo Bolsonaro tomou essa decisão de reduzir o ICM. Então tem que também saber que para cada causa tem uma consequência. Eu quero só falar da dinâmica aqui do nosso projeto do orçamento para votação que ele hoje, dia 23, tem audiência pública né, dia 24 e 25 quem quiser fazer emendas no orçamento, então é os dois dias, é amanhã quinta-feira e sexta-feira então poderão ser feitas emendas. Como serão feitas as emendas? Elas não serão feitas no plenário, elas deverão ser feitas na comissão de finanças através do vereador relator, que é o vereador Gilberto do Amarante, que receberá as emendas dos vereadores e se, porventura, alguém quiser sugerir a vereadores de fazer as emendas então tem essa liberdade de procurar o vereador e apresentar na comissão de finanças. Dia 26 é o prazo para complementação do Executivo, mas isso só em caso se tivesse tido alguma irregularidade que não foi constatado pela relatoria; então isso aí também já passou batido. Dia 28 é o dia em que prazo limite para que o relator analise a viabilidade técnica das emendas, emendas apresentadas pelos vereadores. No dia 29 e no dia 30 os vereadores poderão reapresentar as emendas caso ela tenha sido constatado alguma irregularidade na sua apresentação; não é apresentar novas emendas, é reapresentar as que, porventura, foram apontadas alguma irregularidade. E dia 5 é o parecer final da comissão de finanças e aí, secretário Plínio, ele já vai estar pronto para ir a plenário e votar. Queremos então agradecer a presença de todos, muito obrigado pela presença de vocês, aos integrantes da Mesa, aqui os nossos convidados, aqui o secretário Plínio que sempre gentilmente vem a esta Casa, ao técnico contador o Toigo também parabéns pelo seu desempenho, como disse o secretário Plínio, digno de elogios e de aplausos. E declaro encerrados os trabalhos da audiência pública. Boa noite a todos.

ROQUE SEVERGNINI

Vereador Presidente da Comissão de Orçamento, Finanças e Contas Públicas